



Ata da 32ª (trigésima segunda) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 22 (vinte e dois) de Setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezessete) horas do dia 22 (vinte e dois) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 039/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização, funcionamento e manutenção da banda municipal de Altaneira Padre David Moreira e dá outras providências – Relatora sorteada: vereadora Tia Janne; Item 2: Mensagem nº 044/2025, de autoria do Poder Executivo, de alteração ao Projeto de Lei nº 032/2025, de autoria do Poder Executivo; Item 3: Informações, da Câmara dos Deputados, acerca das transferências de recursos da União (constitucional, legal e voluntária) aos municípios e Item 4: Ofício nº 556/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em complemento ao Ofício nº 553/2025, e atendendo ao Requerimento nº 092/2025, encaminhado pelo Ofício nº 124/2025/GP. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo fez requerimento verbal solicitando parecer jurídico, considerando que a Secretária, no ofício lido, informou ter consultado a Procuradoria-Geral do Município acerca da situação da servidora mencionada no requerimento ao qual respondeu. Registrou, ainda, que não há responsável designado para responder pela direção do hospital na instituição. Pela ordem, o vereador Paulo Robson questionou, em nome da Secretária Ivanna, se ainda haveria necessidade de sua presença nesta Casa, uma vez que o requerimento verbal de convite foi feito pelo vereador Júnior do Povo para tratar do referido tema e a mesma já se manifestou por meio de ofício, restando apenas a juntada do parecer jurídico. Na sequência, o vereador Júnior do Povo reiterou que, no momento, basta a apresentação do parecer jurídico e que, caso este não seja enviado à Câmara, formulará requerimento convidando a gestora da pasta para prestar esclarecimentos presencialmente. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares prestou homenagem ao Dia do Funcionário Municipal, celebrado em 20 (vinte) de setembro, parabenizando os servidores pela dedicação e compromisso com os serviços públicos e com o bem-estar da população. Destacou também o Dia da Árvore, celebrado em 21 (vinte e um) de setembro, reforçando a importância da preservação ambiental e do cultivo de árvores como símbolo de vida e de cuidado com o futuro. Na mesma data, registrou sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, reafirmando o compromisso da Câmara Municipal com a inclusão, a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Em seguida, registrou o Dia do Contador, celebrado hoje, 22 (vinte e dois), reconhecendo a contribuição desses profissionais para a transparência, a gestão eficiente e o desenvolvimento econômico. O Presidente mencionou ainda as manifestações realizadas em diversas regiões do país contra a chamada “PEC da Blindagem”, recentemente aprovada na Câmara dos Deputados, destacando que a proposta representa um retrocesso e uma tentativa de alguns parlamentares se protegerem de eventuais responsabilizações, ao invés de darem exemplo de transparência e respeito à população. Considerou a aprovação da matéria uma afronta ao povo brasileiro e informou que esta Casa deverá discutir ainda hoje uma moção de repúdio à referida PEC, em defesa da ética e da moralidade pública. Na oportunidade, comunicou também a aprovação de



mais uma prestação de contas da Presidência da Casa pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, fato que considerou motivo de satisfação e reconhecimento ao trabalho sério e responsável que vem conduzindo à frente da Mesa Diretora, reforçando o compromisso com a correta aplicação dos recursos públicos e com a transparência da gestão. Por fim, registrou convites recebidos para os festejos de São Francisco, no Distrito São Romão, que iniciarão no próximo dia 25 (vinte e cinco); para a inauguração da Pousada Casa de Geralda, que acontecerá no próximo dia 27 (vinte e sete), às 17 (dezesete) horas, e para as celebrações em honra à padroeira Santa Teresa de Jesus, ocasião em que foi solicitada a colaboração dos parlamentares para o vatapá. **TEMA LIVRE:** O vereador Paulo Robson reforçou cumprimentos ao presente no auditório da Casa, especialmente ao o Presidente do Conselho Tutelar, Everton Venâncio, registrando reconhecimento pela relevante atuação da entidade, especialmente junto aos adolescentes da Escola Santa Tereza, através do projeto Nas Trilhas do Direito, que aborda de forma lúdica os direitos das crianças e adolescentes. Destacou que o Conselho Tutelar tem se mostrado parceiro fundamental não apenas daquela instituição, mas de todo o município. Em seguida, parabenizou as equipes finalistas da Copa do Vale 2025 (dois mil e vinte e cinco) — Maniçoba e Portuguesa — ressaltando a expectativa de um jogo equilibrado e convidando a população para prestigiar a final. Informou ainda sobre atividades culturais e esportivas promovidas pela Secretaria de Cultura, como o Encontro Regional de Dirigentes de Cultura do Cariri e a abertura do Campeonato Municipal de Futsal. Tratou também da tradicional Festa de Outubro no município, destacando o empenho da Prefeita Késia e de sua equipe na preparação do evento. Ressaltou o impacto positivo das atrações já anunciadas, que têm movimentado o comércio, as redes sociais e despertado o interesse não apenas da população local, mas também de altaneirenses residentes em outros municípios. O parlamentar enalteceu a organização financeira da atual gestão que, segundo ele, recebeu o município em situação de grave desequilíbrio fiscal, com dívidas herdadas de aproximadamente R\$ 6.948.891,77 (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos) em restos a pagar, além de uma folha de pagamento de dezembro de 2020 no valor de R\$ 1.767.247,73 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e três centavos). Informou que, até o presente momento, já foram quitados mais de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) desses débitos, incluindo cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) da referida folha, restando apenas os cargos comissionados, cujo pagamento está em negociação junto ao Ministério Público. Destacou ainda que, em menos de oito meses, a gestão já investiu mais de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) em obras e bens permanentes; concedeu reajuste salarial acima da inflação aos servidores; tem dinheiro em conta para, através de emenda do Deputado Yuri do Paredão, mais de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) para ser pago em especialidades que em menos de oito meses já voltaram ao município; anunciou mais de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) para aquisição de mais dois ônibus escolares; têm projeto tramitando na Casa para melhoria de gratificações de gestores, coordenadores, diretores, bolsistas e demais categorias da educação. Ressaltou também a entrega da Unidade Básica de Saúde da Taboquinha, a conclusão da UBS da Chapada e a previsão de diversas obras no município. Ademais, reforçou que a Festa de Outubro será realizada dentro de padrões que Altaneira merece, com atrações cujos valores são compatíveis aos praticados em municípios vizinhos. Informou que, apesar do custo estimado entre R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais) e R\$ 3.000.000 (três milhões de reais), apenas cerca de um terço será custeado com recursos próprios do município, sendo o restante proveniente de emendas parlamentares e parcerias, o que demonstra a credibilidade e o equilíbrio financeiro da atual administração. O vereador Professor Deza Soares abordou a chamada PEC da Blindagem, também conhecida pela população como PEC da Bandidagem. Explicou que a proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, altera o artigo 53 da Constituição, ampliando a proteção de parlamentares contra investigações e processos judiciais, inclusive em situações sem relação com o mandato. Ressaltou que a medida, que ainda tramita no Senado, tem gerado protestos em várias capitais do país por ser vista como um incentivo à impunidade. O vereador afirmou que aqueles que não têm



culpa não temem ser investigados e criticou os parlamentares que buscam se blindar, citando os deputados cearenses que votaram a favor: André Fernandes (PL), Doutor Jaziel (PL), Mateus Noronha (PL), AJ Albuquerque (PP), André Figueiredo (PDT), Danilo Forte (União), Daiane do Capitão Wagner (União), Enfermeira Ana Paula (PDT), Fernanda Pessoa (União), Júnior Mano (PSB), Mauro Benevides Filho (PDT), Moisés Rodrigues (União), Nelinho Freitas (MDB), Robério Monteiro (PDT) e Yuri do Paredão (MDB). Lamentou também que alguns deputados do Partido dos Trabalhadores, embora não do Ceará, tenham apoiado a proposta, defendendo que esses deveriam ser punidos pelo partido. Manifestou repúdio a tais posicionamentos, classificando-os como imorais, e alertou a população para que não esqueça os nomes daqueles que votaram a favor da medida. Destacou que a PEC já estava parada há anos, mas voltou à pauta em razão das cobranças do Supremo Tribunal Federal, especialmente do Ministro Flávio Dino, quanto à transparência no uso das chamadas emendas Pix. Acrescentou acreditar que a proposta não será aprovada no Senado, uma vez que o relator escolhido já se posicionou contra. Comparou a proposta a “raposas cuidando do galinheiro”, uma vez que parlamentares só poderiam ser investigados se o próprio Congresso autorizasse. Ao final, reiterou que a aprovação dessa PEC significaria a criação de um privilégio injustificável, defendeu que a população continue mobilizada contra a proposta e registrou seu repúdio à decisão, antecipando que, na ordem do dia da presente sessão, está pautada uma Moção de Repúdio pela aprovação da referida PEC. O vereador Professor Nonato também comentou os recentes acontecimentos políticos em Brasília, afirmando que é dever de todos os legisladores e cidadãos defender as instituições democráticas brasileiras. Destacou que, enquanto a justiça dos homens pode falhar, a de Deus não tarda e sempre prevalece. Criticou a postura da Câmara dos Deputados na aprovação da chamada PEC da Blindagem, classificando-a como uma vergonha para o povo brasileiro, e ressaltou a atuação do Senado, citando o Senador Otto Alencar, que se posicionou contra a medida e ajudou a articular maioria para barrar a proposta. Após, observou que, em redes sociais, Altaneira vem sendo retratada de forma distorcida, como uma “cidade construída em videogame”, destacando que a realidade local difere do que é divulgado. Declarou não enxergar avanços concretos nos primeiros oito meses da atual gestão, apontando problemas como lâmpadas apagadas, falta de medicamentos, cemitério às escuras, ausência de campanhas de doação de cestas básicas, carência de exames e consultas médicas, além da necessidade de vereadores buscarem parcerias em outros municípios para atender demandas de saúde. Criticou ainda a desorganização financeira da administração, afirmando que “casa organizada é quando se tem todas as contas em dia” e mencionando a ausência de pagamento de vinte por cento dos débitos da folha do mês de dezembro, classificando tal falta como “perseguição política”, pois, tratam-se de cargos comissionados, são secretários, prefeito, vice-prefeito e diretores de departamentos, que faltam receber. Cobrou ainda a efetivação da bonificação prevista no Projeto Avançar, em benefício dos professores de Altaneira. O parlamentar afirmou que, embora reconheça a importância de eventos festivos para movimentar a economia local, é necessário priorizar áreas essenciais como saúde e combate à fome, defendendo uma melhor divisão dos recursos municipais. Em aparte, o vereador Júnior do Povo registrou concordância com o colega sobre a importância do tema financeiro do município. Destacou que, embora a população valorize eventos culturais e festivos, é necessário analisar com responsabilidade os gastos públicos. Criticou o custo da festa do município, observando que apenas a contratação de duas bandas principais foi orçada em R\$ 700.000 (setecentos mil reais), e que há um licitação para contratação de bandas de pequeno porte e estrutura no valor de quase R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), comparando com municípios de porte maior, como Crateús, que possui aproximadamente R\$ 76.000 (setenta e seis mil) habitantes, que pagou um cachê de R\$ 300.000 (trezentos mil reais) para a Banda Seu Desejo, enquanto Altaneira, com pouco mais de 6.000 (seis mil) habitante, desembolsará um montante de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais). De volta com a fala, o vereador Professor Nonato registrou que, considerando a situação de fome no país e a necessidade de combatê-la, apenas R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais) desses recursos poderiam ser destinados à aquisição de 500 (quinhentas) cestas básicas, no



valor de R\$ 300 (trezentos reais) reais cada, beneficiando 500 (quinhentas) famílias. O vereador Júnior do Povo felicitou o médico Dr. Hércules Soares pela oferta de consultas e agora de ultrassonografias à população sem custos para o município, agradecendo à senhora Dália pela cessão de sua residência para a realização dos exames. Parabenizou a UNIFAMEC pela realização do Vestibular Social, que beneficiou mais de 50 (cinquenta) alunos com bolsas de 60% (sessenta por cento), agradecendo ao diretor Welton, ao coordenador Tiago e à equipe da escola Santa Tereza pela cessão do espaço. Também agradeceu ao Diretor Geral da UNIFAMEC, Josivan, pela iniciativa. O parlamentar cobrou novamente a prefeita sobre o pagamento do salário de dezembro, afirmando que a responsabilidade pelo pagamento dos servidores é da gestão municipal, e que relatos sobre a quitação de débitos não refletem a realidade, uma vez que ainda há valores pendentes, incluindo os salários a receber. Em seguida, voltou a criticar os gastos da prefeitura com a festa de outubro, comparando com outros municípios. Registrou que, no município de Granja, que têm 53.000 (cinquenta e três mil) habitantes, o cachê da Banda Seu Desejo foi no valor também de R\$ 300.000 (trezentos mil reais) e em Beberibe, que de acordo com o senso de 2017 (dois mil e dezessete), tinha também 53.000 (cinquenta e três mil) habitantes, o valor foi igual. Já em Potengi, o cachê foi de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), assim como em Altaneira, porém, frisou que está se referindo ao município altaneirense, que tem pouco mais de 6.000 (seis mil) habitantes, reiterando que, caso o município realmente tivesse uma boa situação econômica, já teria quitado todos os débitos da fola do mês de dezembro. Questionou se o deputado de Potengi é o mesmo de Altaneira, o Yuri do Paredão, registrando que nos municípios que citou anteriormente, os deputados são outros. O vereador destacou ainda a precariedade de serviços essenciais no município, citando falta de medicamentos, exames, cirurgias e assistência alimentar, e criticou a demora na reposição de uma lâmpada queimada há 30 (trinta) dias na comunidade do Tabuleiro, sugerindo que a licitação no valor de R\$ 209.959,20 (duzentos e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) poderia ser utilizada para solucionar o problema. Finalizou afirmando que seu pronunciamento visa defender o povo, e não interesses partidários, reforçando a necessidade de priorizar as demandas essenciais da população sobre os gastos com eventos. A vereadora Tia Janne fez menção ao programa Café Coado, da Rádio Altaneira FM, destacando a entrega de informações precisas e gratuitas à população, e registrou satisfação com a participação da Dra. Jamille, filha de agricultores altaneirenses, atualmente no oitavo período do curso de Direito da URCA e atuando no município. Enfatizou que o corpo jurídico Altaneira é composto por 100% (cem por cento) de advogados de altaneirenses, parabenizando a gestão municipal pela valorização dos filhos da terra. Abordou também a luta das pessoas com deficiência, ressaltando a importância de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais que garantam equidade e direcionamento prioritário de recursos. Saudou a gestão municipal, em nome da Secretária de Saúde Ivanna Alcântara, pela ativação do Centro de Especialidades com equipe multidisciplinar, ressaltando a presença de médicos especialistas competentes e o serviço de qualidade prestado à população. A vereadora também destacou a Festa da Padroeira, registrando que, em suas palavras, há dez anos não havia tanta movimentação em torno desse evento, que movimenta a economia local e gera renda para pequenos e grandes empreendedores, valorizando artistas da terra e fortalecendo a economia municipal. Reforçou que a realização da festa não comprometeu o fornecimento de medicamentos ou exames, informando que, em visitas aos postos de saúde, confirmou que os serviços essenciais estão em funcionamento, lembrando que pequenas falhas podem ocorrer em qualquer município do país e que, na gestão anterior, a justificativa para não realizar a festa era o investimento em saúde; entretanto, segundo sua análise, tal investimento não ocorreu. Em aparte, o vereador Paulo Robson voltou a tratar sobre os festejos da padroeira e registrou que é importante que o povo altaneirense não se deixe levar por “discursos fantasiosos”. Destacou que a prefeita anunciou, até o momento, duas atrações de grande porte, pagas com recursos próprios do município, e que ainda será anunciada uma terceira atração, também financiada pela administração municipal. Registrou ainda que, em comparação aos municípios citados – Crateús, que pagou um cachê de R\$ 300.000 (trezentos mil



reais) e Potengi, que pagou R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) – o município de Altaneira se assemelha mais ao porte de Potengi e que, do seu ponto de vista, nenhum dos municípios está cometendo crime algum, principalmente se for feita uma simples pesquisa e constatar cachês diversos cobrados pela mesma banda, levando-se em consideração ainda períodos de contratações diferentes. Também tratou do impacto do evento do município, afirmando que, antes, a população não era assistida e nem se realizava festas, enquanto agora, a administração municipal tem promovido obras e serviços essenciais, e que a realização da festa ocorre de forma organizada, responsável e atendendo à demanda da população. De volta à palavra, a vereadora Tia Janne afirmou que os jovens merecem entretenimento e que “essa revolta toda” é porque trata-se de uma realização da prefeita Késia. Após, agradeceu o convite da comunidade do São Romão para a festa de São Francisco, confirmando presença, bem como agradeceu o convite para inauguração da Pousada Casa de Geralda, parabenizando a família pelo investimento na cidade. Por fim, declarou que considera a PEC da blindagem uma afronta à democracia, por permitir que representantes políticos se protejam mutuamente de investigações, contrariando o princípio da soberania popular e podendo caracterizar indícios de corrupção. O vereador Valmir Brasil reforçou o convite para participação nos festejos de São Francisco, que terão início no próximo dia 25 (vinte e cinco), às 17 (dezesete) horas e 30 (trinta) minutos, com o tradicional Pau da Bandeira. Também estendeu convite e todos para a final do Campeonato do Vale do São Romão, aproveitando o ensejo para destacar a importância do esporte como ferramenta de ocupação dos jovens e prevenção de maus caminhos, agradecendo especialmente ao secretário Clécio pelo empenho em prol do município. Em relação à PEC da blindagem, afirmou que a medida envergonha o povo brasileiro, por indicar que “o Brasil pode tudo”, e elogiou o senador Cleitinho como um parlamentar que busca o bem do país. Reforçou a posição contrária à PEC e parabenizou o Presidente Professor Deza Soares pela clareza em suas manifestações sobre o tema. O vereador também parabenizou a gestão municipal pela organização da festa da padroeira, ressaltando que o evento movimentará o comércio local e será uma das maiores já realizadas, considerando que, de acordo com ele, o município esteve quase oito anos sem grandes celebrações. Nessa linha, destacou a dedicação da prefeita e de toda a sua equipe na condução das ações municipais. Em aparte, o vereador Paulo Robson registrou que se sente contemplado com as falas do Presidente Deza Soares e dos demais colegas sobre a PEC da blindagem, destacando que se trata de uma medida elaborada para proteger políticos envolvidos em irregularidades. Reforçou que o Brasil precisa estar atento e criticou a tramitação sorrateira da PEC, realizada na calada da noite para impedir mobilização popular. Manifestou seu repúdio total à medida e confirmou que votará favoravelmente à moção de repúdio apresentada. Novamente tratando sobre os festejos da padroeira, ressaltou o impacto econômico do evento não apenas em Altaneira, mas também nas cidades vizinhas. Relatou exemplos de comerciantes do Assaré que já se organizaram para atender a demanda da população, demonstrando como a atração movimentará a economia local. Enalteceu a competência da equipe financeira da prefeita, que, mesmo assumindo a gestão com débitos da administração anterior e já oferecendo diversos serviços à população, conseguiu organizar uma festa de grande porte para o município. De volta à palavra, o vereador Valmir Brasil citou como exemplo a ExpoVaq, realizada em Farias Brito, que movimentou a economia local, apesar de a cidade não ser de grande porte. Ressaltou que, independentemente do tamanho do município, eventos desse tipo geram impacto econômico significativo. Finalizou reforçando suas felicitações à gestão municipal, destacando que a festa da padroeira será uma das maiores já realizadas no município. Em aparte e também fazendo uso do seu tempo de liderança na Casa, o vereador Zé de Zuza registrou que a festa de outubro trará aumento significativo nas vendas do município, acreditando que a estimativa de crescimento é de mais de cinquenta por cento da renda, recebendo visitantes de outras cidades e estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Destacou que, apesar do valor elevado da contratação de bandas de grande porte, reforçou que, como informado pelo vereador Paulo Robson, é uma banda a pedido da população, e que esta medida é melhor do que privatizar a festa, como ocorreu na gestão anterior, permitindo que os altaneirenses participem e comercializem seus produtos durante



evento. Ainda nessa pauta, solicitou à prefeita e à administração a instalação de banheiros públicos próximos à Igreja Santa Tereza, atendendo pedidos da comunidade. Registrou ainda um pedido que fez ao Secretário de Transporte a respeito da ambulância que está no hospital. Na oportunidade, informou que realizou uma vistoria e percebeu que está faltando alguns acessórios no veículo, como pneus e pintura. Assim, solicitou que o gestor da pasta, juntamente com o Secretário de Infraestrutura, analisem a possibilidade de recuperação do veículo e, conseguindo, que ela seja destinada à UBS da Taboquinha, enquanto se aguarda a chegada da ambulância já prometida para o local. Também deixou a sugestão de preparação do transporte para um leilão e utilizar o valor arrecadado em prol da comunidade. Por fim, apresentou requerimento verbal à equipe da Cagece, solicitando providências quanto à falta de água nas comunidades de Tabuleiro, Córrego, Taboquina e demais, destacando que o problema persiste há mais de oito dias, mesmo após a instalação de nova tubulação. Em aparte, o vereador Paulo Robson apresentou requerimento verbal solicitando à Cagece um estudo para melhoria da rede de água da região mais alta da cidade, próximo à Escola 18 de Dezembro. Esclareceu que algumas residências dessa área enfrentam problemas no abastecimento, com interrupções frequentes de água que podem durar mais de um dia. Ressaltou que essa situação prejudica diversas casas, incluindo a sua própria, e destacou que, do seu ponto de vista, a melhoria seria viável, já que a rede finaliza próxima ao início da rede que vem diretamente do Olho D'Água, que funciona corretamente. O vereador reforçou que a execução dessa medida resolveria o problema de várias residências naquela região. De volta com a fala, o vereador Zé de Zuza tratou sobre a nova tubulação, informando que recentemente ocorreram rompimentos em algumas partes. Assim, questionou porque não blindam essas tubulações com concreto para evitar problemas e impedir que a população fique sem água. Encerrando, declarou apoio ao protesto do Presidente Deza, afirmou também ser contra à aprovação da PEC da Blindagem pelos deputados e ressaltou que não é correto que o próprio interessado decida seu destino em questões legais, e finalizou reiterando seu apoio e disposição em relação ao tema. O Presidente Deza Soares agradeceu o pronunciamento dos colegas que se somaram às suas falas esclarecendo sobre o posicionamento em relação a PEC caracterizada pelo povo como "PEC da Bandidagem", afirmando que a mesma é lamentável. O vereador Paulo Geaneo afirmou que não é contra a festa da padroeira, ressaltando que, como filho de Altaneira, reconhece a importância do evento, especialmente porque muitos ex-moradores retornam à cidade durante o período festivo, após anos de ausência, para participar dos festejos. Parabenizou o Presidente Deza Soares pela fala proferida na sessão, manifestando repúdio aos deputados que votaram a favor da PEC da blindagem e parabenizando aqueles que votaram contra. Destacou que a festa de outubro é tradição e expressão de fé, e aproveitou para registrar a necessidade de melhorar a iluminação pública da cidade, mencionando que em quase todas as ruas da cidade há lâmpadas queimadas, bem como há na comunidade do Tabuleiro, mais precisamente no posto de saúde do local, e residências, ressaltando que já existe uma licitação no valor de R\$ 209.000 (duzentos e nove mil reais), logo, há uma empresa trabalhando e, de acordo com ele, não há mais justificativa para os relatos de lâmpadas queimadas. O vereador também destacou a necessidade de atenção às pessoas mais carentes, especialmente em relação ao caminhão alugado pela prefeitura, que está há vários dias na oficina, prejudicando serviços solicitados pela população, como mudanças, por exemplo. Em relação às estradas do município, afirmou que a estrada do São Romão para Altaneira necessita de melhorias, pois, o trecho do parque de vaquejada até o lixão está precário. Também trouxe reivindicações acerca da estrada do Sítio Tabuleiro, que também precisa de reparos. Em aparte, o vereador Júnior do Povo parabenizou o Presidente Deza Soares pela nota de repúdio à PEC da blindagem, mas destacou que os vereadores ainda irão pedir votos para os deputados que votaram a favor da medida. Em seguida, afirmou que não é contra a festa da padroeira, mas a favor dela, ressaltando, entretanto, que seria importante destinar recursos também para cestas básicas no município. Ele trouxe relatos de cidadãos: um morador do Vale do São Romão relatou ter feito pedido de exame de sangue há três meses, sem que ainda tenha sido atendido; outro morador, do Conjunto Populares, afirmou ter solicitado um exame de ultrassom há cinco meses.



também sem atendimento. Reafirmou que não é contra os festejos, inclusive confirmando participação nos mesmos, afirmando que estes são pagãos com recursos do povo, não da prefeita. Sobre as enquetes destinadas à população pela gestão para escolha das bandas, afirmou que “em celular e em papel cabe tudo”, reiterando que a gestão pagará R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) em uma banda para tocar durante uma hora e meia, enquanto há cidadãos aguardando realização de exames, lembrando também de outra atração que custará R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil reais). Retomando a palavra, o vereador Paulo Geaneo voltou a tratar da questão da iluminação pública, informando que em frente à sua residência há uma lâmpada que se encontra queimada há dois meses. Por fim, parabenizou os funcionários municipais pelo Dia do Funcionário, os contadores pelo seu dia, em nome de seu irmão Cristiano Freire, e reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Dr. Hércules Soares no município de Altaneira. O presidente Professor Deza Soares agradeceu o apoio de todos em relação ao seu posicionamento sobre a PEC da blindagem. Quanto à festa da padroeira, destacou que não é contrário à realização do evento, reconhecendo os benefícios de uma festa grande para a população, visitantes e comerciantes. Ressaltou, entretanto, que a realização de festividades deve sempre estar acompanhada de organização adequada, incluindo iluminação pública, limpeza, conservação das vias e infraestrutura, garantindo a continuidade desses cuidados após o evento. Enfatizou ainda que não pode faltar recursos para áreas essenciais, como saúde, educação e assistência social, e que o governo não deve priorizar exclusivamente eventos festivos em detrimento dessas áreas. Concluiu afirmando que, se houver condições para realizar a festa sem comprometer os demais setores, esta deve ser promovida. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 043/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 030/2025, de autoria do Poder Executivo, que Cria o Programa de Tutoria/Monitoria na Rede Municipal de Ensino de Altaneira e adota outras providências. Por ter feito pedido de vista à matéria, a palavra foi concedida ao vereador Júnior do Povo que, já tendo lido o parecer favorável com emenda, retirou a emenda de Plenário apresentada na sessão passada e apresentou a seguinte, do Bloco da Maioria: “Art. 2º Parágrafo Único – Para o exercício das funções de Diretor da Monitoria Escolar e de Coordenador da Monitoria Escolar, ficam estabelecidos que os referidos entes serão escolhidos entre os profissionais do quadro da escola. § 1º – Para o cargo de Diretor de Monitoria Escolar, será exigido formação superior em áreas correlatas à educação, como nas Educação Inclusiva, História, Teologia, ou outras áreas afins. § 2º – Para o cargo de Coordenador da Monitoria Escolar, será exigido formação em nível médio, preferencialmente nas áreas de Educação Inclusiva, Monitoria Escolar, etc”. Durante a defesa, destacou que o projeto em discussão já deveria ter sido apreciado, mas divergências no Plenário impediram sua votação. Reconheceu que a matéria não foi devidamente analisada pela Comissão Permanente, o que resultou em falhas na apreciação de alguns pontos, inclusive da emenda apresentada. Ressaltou que as divergências permanecem e solicitou ao líder do governo, vereador Paulo Robson, que o Poder Executivo encaminhe projetos à Casa com critérios mais definidos, evitando desgastes nas deliberações. O vereador reafirmou a necessidade de critérios para a ocupação de determinados cargos, defendendo que a função de diretor, exija pelo menos que o indicado esteja cursando ensino superior. Informou que, em diálogo com o Secretário de Educação, sugeriu que, como o município possui cerca de 170 (cento e setenta) universitários, alguns deles poderiam ser agraciados com essa oportunidade, considerando que muitos estudam em apenas um turno e buscam oportunidades de trabalho. Esclareceu, contudo, que não se trata de limitar a livre nomeação do Executivo, mas sim de estabelecer parâmetros que valorizem a formação dos ocupantes. Pela ordem, o vereador Paulo Robson orientou a votação, esclarecendo que esta ocorreria em separado, sendo apreciado primeiramente o projeto de lei e, em seguida, a emenda. Lembrou que, na sessão anterior, já havia se manifestado favorável ao projeto e contrário à criação de critérios, fundamentando-se no Parecer nº 01/2025 da Comissão Permanente, elaborado pelo assessor jurídico Dr. Victor Pierre, o qual estabelece que tais cargos são de livre nomeação e não exigem comprovação de capacidade mediante concurso. Assim, recomendou à sua bancada o voto favorável ao projeto de lei e o voto contrário a qualquer emenda que imponha critérios às nomeações, mantendo o



posicionamento já registrado anteriormente. Após, o Presidente mencionou que apenas três parlamentares ainda não discutiram a matéria, sendo eles os vereadores Paulo Geaneo, Professora Ana Maria e Valmir Brasil. Contudo, nenhum dos citados se inscreveu para discussão. Em seguida, relembrou seu posicionamento contrário a emenda que foi anteriormente apresentada pela bancada, inclusive não tendo a assinado, devido a estar se fundamentando no parecer jurídico. Explicou, porém, que após o pedido de vista e conversa com a Secretaria de Educação, houve o entendimento de que a inclusão de critérios – ponto por ele também criticado na sessão passada – seria razoável. Destacou que a nova emenda trata apenas dos cargos de diretor e coordenador, não havendo mudanças em relação aos monitores escolares. Ressaltou ainda que não houve divergência quanto à aprovação do projeto no ponto que trata dos monitores, ficando o debate restrito apenas aos cargos de direção e coordenação. Não havendo mais nenhuma inscrição, o Presidente reforçou que primeiramente seria votado o projeto e, após, a emenda. Assim, o projeto foi posto em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Seguidamente, a emenda foi posta em votação nominal, obtendo o seguinte resultado: vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professora Ana Maria e Professor Nonato – votos favoráveis e vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza – votos contrários. Havendo empate, o Presidente Professor Deza Soares votou favoravelmente. Emenda aprovada pela maioria. Item 2: Parecer nº 001/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, referente ao Projeto de Lei nº 031/2025, de autoria do Poder Executivo, que cria o Programa Integrado de Disciplina e Segurança Escolar, o Conselho Municipal de Disciplina e Segurança Escolar e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Paulo Robson destacou que a aprovação do projeto trará maior garantia de segurança e disciplina nas escolas. Explicou que a proposta cria o Programa Integrado de Disciplina e Segurança Escolar, bem como o Conselho Municipal de Disciplina e Segurança Escolar, com o objetivo de aproximar gestores e os novos profissionais que atuarão na área. Informou que diretores, coordenadores e supervisores de disciplina e segurança escolar receberão treinamento específico para atuar na prevenção e mediação de conflitos, respeitando os limites legais, os princípios da dignidade humana e a cultura de paz, sendo vedado o uso de armas, reforçando o caráter pedagógico da iniciativa. Reconheceu os esforços da prefeita Késia e do Secretário de Educação, professor Adeilton, pela iniciativa, ressaltando que o projeto revoga dispositivos da Lei nº 917/2024, que tratava da criação de cargos escolares, para modernizar a política de segurança escolar. Relatou, com base em sua experiência como professor, as dificuldades enfrentadas em anos anteriores com a indisciplina, especialmente na Escola 18 de Dezembro, e testemunhou as melhorias observadas após a atuação dos agentes de segurança, destacando a organização e o cuidado com os alunos. Enfatizou que a iniciativa tem alcançado todas as escolas municipais e reforçou a importância do projeto para valorizar e regularizar a atuação desses profissionais, recomendando sua aprovação sem alterações. Não havendo inscrição para discussão da matéria no tempo regimental, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer nº 045/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 032/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a reestruturação das equipes de gestão das escolas municipais e adota outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Júnior do Povo registrou que inicialmente pretendia pedir vista do projeto, por entender que o Executivo mais uma vez encaminhou a matéria de forma desorganizada. Contudo, em consideração ao pedido de urgência no projeto de gratificação aos profissionais da arrecadação, desistiu do pedido, prosseguindo com a votação. Mencionou os salários do mês de dezembro que ainda não foram pagos em sua totalidade, porém, reconheceu a importância de valorizar os profissionais da educação, reconhecendo que muitos desempenham suas funções com dedicação, enquanto outros deixam a desejar, o que considera um reflexo da forma como são feitas as nomeações, de livre escolha do Executivo. Observou que, apesar dessas divergências, seu voto favorável se dá em reconhecimento àqueles que se empenham verdadeiramente em prol da educação do município. Ao final, parabenizou a equipe.



da Escola 18 de Dezembro pela recepção em recente visita e manifestou expectativa de bons resultados no próximo ano. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato afirmou, em concordância com o colega vereador Júnior do Povo, que só deixou de pedir vista do projeto por compromisso assumido com os profissionais da arrecadação, destacando a importância de atender às demandas da categoria. Registrou, no entanto, críticas à tramitação da matéria, observando que, “em seu pouco entendimento jurídico”, a matéria deveria ter perdido a urgência, lembrando que o que foi votado foi a urgência do projeto de lei nº 032/2025 com mensagem nº 037/2025 e que, após aprovada a urgência solicitada na mensagem nº 037, o município encaminhou à Casa a mensagem nº 044/2025 – lida anteriormente no expediente – para substituir artigos do projeto ora em discussão. Assim, defendeu que o que deveria ser sustentado, era a urgência da mensagem nº 037 e, se o município mandou alterar, a urgência deveria ter sido novamente discutida. Por isso, registrou acreditar que, em suas palavras, “essa é só mais uma maldade da assessoria jurídica da Casa, que tenta empurrar pelas goelas abaixo o voto do jeito que eles querem”. Ainda nessa linha, informou que já propôs alteração no Regimento Interno da Casa para que, novamente em suas palavras, “figure muito claro esse tipo de bagunças, que querem impor à nossa mente”. Apesar das críticas, declarou voto favorável ao projeto, em respeito aos profissionais que atuam na segurança escolar. Ressaltou, ainda, que não se opõe à criação de empregos, porém, tem direito a não votar dotação orçamentária. Afirmou que considera justa a gratificação para coordenadores e antecipou sua defesa, com futuro projeto de indicação, a devolução para folha salarial dos professores a regência de sala, como forma de valorização aos docentes do município, que foi retirado há alguns anos por ex-prefeitos que hoje integram o grupo político da prefeita Ana Késia. O Presidente Deza Soares registrou ter recebido questionamentos sobre a tramitação da matéria e, para esclarecer, solicitou parecer jurídico ao assessor da Casa, Dr. Timóteo Mariano. Em seguida, apresentou o Parecer Jurídico nº 66/2025, referente ao Projeto de Lei nº 32/2025, de autoria do Poder Executivo, que trata da possibilidade de alteração do texto do projeto antes da votação em Plenário. Registrou que o parecer conclui ser juridicamente possível que a prefeita apresente alterações enquanto o projeto não tiver sido votado, seja por meio de retirada e reapresentação da proposta de forma consolidada, ou por mensagem modificativa incorporada pela comissão, mediante substitutivo ou emenda, observando-se os trâmites regimentais. Destacou ainda que, segundo a análise, não há vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando a mensagem nº 44/2025 apta a ser processada, cabendo ao Plenário apreciar o mérito da proposição no momento oportuno. Tendo solicitado que o seu pronunciamento pela ordem, acerca desse assunto, fosse registrado na íntegra em ata, o vereador Júnior do Povo declarou: “Só pela ordem, Presidente, como relator desse projeto. Por isso que, ao meu ver, eu também tinha o mesmo entendimento do vereador Professor Nonato, e eu não omiti no meu parecer, eu coloquei os dois de Dr. Timóteo Mariano, o 057 e 066. Está aqui. Por quê? Porque eu também fiquei na dúvida. Porque a omissão, a omissão do Regimento e da Lei Orgânica é clara nessa situação. Deveria, esta Casa, e o senhor, como Presidente, e o senhor, como Presidente, colocar, quando há omissão, omissão nesse fato, em votação, em votação. Pois, nem no Regimento, e o assessor aí da Presidência, ou assessor jurídico, ou aqui o diretor geral Marcelo, ele nos diga da omissão dessa situação. Porém, eu coloquei os dois pareceres por entender omissão na Lei Orgânica e no Regimento desta Casa, então, o senhor, como Presidente, deveria assim, por entender, tomar algum posicionamento ou deixar que o Plenário decida, para não ser monocrático a decisão do senhor. Obrigado, senhor Presidente”. Logo após, o Presidente Deza reforçou que o seu entendimento é pelo parecer jurídico da Casa. O vereador Paulo Robson registrou que, quanto a mensagem e a alteração, até abriria mão da discussão por ter acompanhado, como Presidente da Comissão Permanente, e por entender e aceitar plenamente o parecer do Dr. Timóteo Mariano, inclusive, após correção sugerida pelo mesmo, a qual foi devidamente incorporada. Ressaltou não identificar qualquer ilegalidade, entendendo ser desnecessários comentários adicionais, uma vez que o foco deve ser a valorização dos gestores escolares — diretores, coordenadores e secretários — por meio de gratificações proporcionais ao número de matrículas atendidas. Apontou a diferença entre escolas como a 18 de



Dezembro, com cerca de 500 (quinhentos) alunos, e a creche, com aproximadamente 100 (cem) crianças, enfatizando que as demandas de gestão dessas duas instituições são distintas e justificam a diferenciação das gratificações. Considerou a medida pertinente e declarou voto favorável à proposta. Também fez uma correção na fala do vereador Professor Nonato quando ele citou que apresentará indicação no que diz respeito a valorização do professor. Afirmou concordar totalmente com a fala e que valorização dos profissionais da educação deve ser na sua íntegra, porém, informou que a gratificação não foi retirada, lembrando que ele próprio fez parte da comissão de professores que compôs o PCCR do magistério e, na época, não houve retirada de gratificações, mas sim a incorporação destas ao salário, o que elevou a remuneração dos professores municipais a um dos melhores níveis da região do Cariri à época. Relatou experiência pessoal, ao optar por atuar como professor da URCA, mesmo com salário inferior, em razão da experiência profissional que lhe seria proporcionada no ensino superior. Finalizou reafirmando que a valorização dos profissionais da educação deve ser integral e contínua, e declarou apoio irrestrito à matéria. O Presidente Deza voltou a tratar sobre a questão de omissão no Regimento, afirmando que é natural que aconteça, uma vez que até na Constituição Federal a situação também ocorre. Frisou que não se deve atribuir culpa à Mesa Diretora por eventuais omissões relacionadas ao Regimento, pois cabe principalmente à relatoria estar atenta às discussões e votações das matérias. Destacou que compete à relatoria zelar pela análise de projetos e leis, sejam elas específicas, do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Município, evitando, assim, omissões no processo legislativo. O vereador Júnior do Povo declarou: “o parecer do assessor jurídico, eu vou repetir mais uma vez, foi dando admissibilidade do projeto que poderia ser, realmente, colocado. Porém, porém, um revoga o outro. Era nesse sentido. Eu pensei, eu, pelo meu entendimento, que seria lido no expediente e que seria contado, e que seria realmente colocado uma nova urgência na leitura do projeto, e o nosso Regimento ele é omissivo nesse sentido. O que eu quero entender, por isso eu mencionei os dois pareceres do assessor jurídico, porque eu não posso levar essa culpa. Eu não posso. Ele diz que há admissibilidade, é correto, sim. Mas, ela substitui na íntegra. É como se fosse substituído na íntegra, e nós tínhamos votado a mensagem já de um projeto anterior, e a prefeita substituiu por outro, com uma nova mensagem. Por isso que eu fiz o questionamento e digo que o nosso Regimento é omissivo, só isso”. O Presidente Deza Soares registrou que a situação apresentada é relevante, pois contribuirá para maior atenção quanto a eventuais omissões, assegurando que os questionamentos sejam devidamente analisados. Ressaltou, contudo, que a discussão do momento refere-se à matéria em pauta, a qual já recebeu parecer jurídico atestando inexistência de vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando, assim, a mensagem nº 044/2025, apta a ser processada nos termos regimentais. A vereadora Tia Janne manifestou-se favorável ao projeto, destacando que a reestruturação proposta valoriza os profissionais da gestão escolar, como coordenadores e formadores. Ressaltou que a medida representa investimento não apenas na remuneração, mas também no conhecimento e na valorização da função, assegurando estabilidade dentro do Plano de Cargos e Carreiras. Enfatizou que os cargos de coordenadores, formadores e diretores devem ser ocupados por mérito, capacidade e conhecimento, e não por indicação política. Por fim, parabenizou a Prefeita Késia e o Secretário de Educação, Adeilton, pela atenção dedicada a esses profissionais. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário, registrada a ausência dos vereadores Professor Nonato e Valmir Brasil. Item 4: Parecer nº 044/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 036/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de vaga de cargo de provimento efetivo, e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Júnior do Povo destacou que a responsável pelas demandas do município é a Chefe do Poder Executivo. Ressaltou, entretanto, que, diante das diversas obras elencadas como terceirizadas, votará favoravelmente à criação do cargo por se tratar de cargo efetivo. Relembrou que já manifestou, em ocasiões anteriores, que não votará pela criação de cargos de secretário e subsecretário até 31 (trinta e um) de dezembro de 2028 (dois mil e vinte e oito). Acrescentou que a



pessoa convocada para ocupar o cargo de pedreiro deverá oferecer ao município um trabalho realizado com destreza e sabedoria. Sugeriu ainda que a Câmara Municipal também contasse com um funcionário para serviços de manutenção, ao que o Presidente informou que está em andamento a organização de concurso público para o Legislativo, uma vez que o órgão não pode efetuar contratações temporárias. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 5: Parecer nº 002/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, referente ao Projeto de Lei nº 037/025, do Poder Executivo, que dispõe sobre reajuste ao vencimento base do cargo de Operador de Máquinas Pesadas no âmbito do Município de Altaneira/CE, e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Paulo Robson celebrou o trabalho, o empenho e o zelo dos profissionais operadores de máquinas pesadas no serviço público. Afirmou acreditar que nenhuma matéria destinada a favorecer servidores, independentemente da categoria, encontrará oposição nesta Casa, haja vista que conhece o discurso dos colegas parlamentares. Registrou pesar por a matéria não ter sido apreciada anteriormente, mas destacou que, uma vez aprovada, em breve o reajuste beneficiará os servidores. Saudou, por fim, a gestão da prefeita Késia por estar valorizando mais uma categoria no município. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Geaneo registrou acreditar que a propositura deverá ser aprovada por unanimidade, afirmando que são esses trabalhadores que “fazem as estradas” e que passam o dia embaixo de sol. Logo, são merecedores. O vereador Valmir Brasil destacou a importância, bem como o sofrimento da categoria, registrando que a acompanhou por determinado tempo e, assim, constatou o merecimento da mesma. Registrou ainda que ela merece ainda mais valorização, porém, o município deve agir de acordo com suas possibilidades financeiras. O vereador Professor Nonato parabenizou os profissionais que serão beneficiados, registrando o seu merecimento. O vereador Júnior do Povo também felicitou todos os operadores de máquinas pesadas, registrando que, como legisladores, se a prefeita pudesse ofertar essa gratificação, acredita que uns iriam receber e outros não, porém, “temos essa Casa para corrigir muita coisa”. A vereadora Professora Ana Maria reiterou as palavras dos colegas que lhe antecederam, parabenizando os profissionais pelo serviço prestado, mesmo com os riscos, e que eles são merecedores dessa valorização. Também afirmou que não vota contra geração de empregos e nem contra valorização de servidor. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 6: Projeto de Indicação nº 015/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que dispõe sobre a doação do prédio Escola José Antônio de Lima, no Sítio da Samambaia, para a Associação Quilombo Samambaia, e do prédio Escola Manuel Pinheiro de Almeida, no Distrito de São Romão, para a Associação do Quilombo Cachimbo. Após a leitura da matéria, a vereadora Professora Ana Maria registrou que os prédios atualmente utilizados pelas Associações Quilombo Cachimbo e Quilombo Samambaia são cedidos pela Prefeitura há alguns anos, tendo essa cessão sido recentemente renovada por mais um ano. Esclareceu, contudo, que sua solicitação é para que a gestão municipal doe definitivamente os imóveis às referidas associações, a fim de garantir maior segurança aos associados. Ressaltou que, com a posse definitiva, as entidades poderão realizar alterações estruturais, desenvolver suas atividades com estabilidade, buscar apoio financeiro e assegurar sua permanência, independentemente de mudanças na administração municipal. Na discussão da matéria, o vereador Valmir Brasil parabenizou a colega parlamentar pela iniciativa e registrou que a Associação Quilombo Cachimbo já ocupa o imóvel há cerca de seis ou sete anos, lembrando ter sido autor de requerimento para a cessão do espaço na gestão passada, pedido este que foi atendido e mantido pela atual administração. Quanto ao Quilombo Samambaia, informou que a solicitação partiu do ex-vereador Adelvado Nogueira, mas declarou não ter conhecimento se a cessão foi efetivada. Acrescentou acreditar que a gestão municipal não retirará as associações dos locais onde já atuam, deixando-as sem espaço para funcionamento, ressaltando ainda que tais entidades possuem poucos fins lucrativos. Por fim, manifestou voto favorável à matéria. O vereador Zé de Zuza parabenizou a iniciativa, declarando ser totalmente favorável às doações. Em seguida,



mencionou o prédio atualmente cedido à ASPROTATA, da Comunidade da Taboquinha, relatando que já realizou reuniões, inclusive com a Prefeita, tratando sobre a documentação necessária para a doação definitiva do imóvel à associação, deixando registrado seu requerimento verbal nesse sentido. Também abordou a situação do prédio da Casa de Farinha, informando que o espaço necessita de reforma, uma vez que aproximadamente 75% (setenta e cinco) de sua estrutura encontra-se deteriorada. Por fim, solicitou que o município avalie a possibilidade de doar esse prédio à associação ASPROTATA. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, o vereador Paulo Robson sugeriu que os itens seguintes, sendo duas solicitações de urgência, dois requerimentos do vereador Júnior do Povo e dois requerimentos do vereador Professor Nonato, para dar celeridade aos trabalhos, fossem deliberados em blocos. Ao passo que o vereador Professor Nonato se manifestou contrário a sugestão, arguindo que não tem interesse em votar a urgência do projeto que trata sobre a banda de música municipal, solicitando votações separadas. Item 7: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 038/2025, de autoria do Poder Executivo, que Institui a Gratificação por Desempenho de Arrecadação - GDA aos servidores do Departamento de Arrecadação e Fiscalização do Município de Altaneira e dá outras providências. Na discussão da matéria, a vereadora Tia Janne parabenizou a categoria e regirou que a mesma é merecedora da valorização, afirmando que reconhece o trabalho desenvolvido por esses profissionais no município. O vereador Professor Nonato registrou que é um compromisso dar agilidade ao trâmite do projeto. Mencionou as conversas que teve com os profissionais e manifestou seu voto favorável. A vereadora Professora Ana Maria também registrou seu voto favorável, reiterando o merecimento da categoria. O vereador Júnior do Povo informou que o projeto está em sua relatoria e que despachará, na próxima reunião da comissão, o seu parecer pela admissibilidade, registrando acreditar que não haverá pedido de vista, uma vez que apenas ele e o secretário Paulo Geaneo votam na comissão. O vereador Paulo Robson destacou que, com a declaração do relator da matéria, não há mais o que ser discutido, uma vez que o pedido de urgência é para determinar o prazo de 15 (quinze) dias para emissão do parecer. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 8: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 039/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização, funcionamento e manutenção da banda municipal de Altaneira Padre David Moreira e dá outras providências. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato registrou que ainda não votou contrariamente a uma urgência. Porém, declarou que notou que o município tem gastado muitos recursos públicos, além de dar agilidade ao que é de seu interesse, mas não agiliza os salários do mês de dezembro que ainda não foram pagos e nem algumas políticas públicas para a saúde. Assim, como voto de protesto, registrou seu voto contrário. A vereadora Tia Janne registrou seu voto favorável, registrando que o projeto propõe uma forma de organização, de funcionamento e de valorização a arte e as habilidades de quem tem habilidades culturais. O vereador Paulo Robson manifestou-se favorável a esta e a qualquer outra solicitação de urgência que venha ao Plenário. Esclareceu a diferença entre a urgência prevista no Regimento Interno, que limita o prazo para emissão do parecer pelo relator, e a urgência ou emergência em outras áreas, como a da saúde. Destacou ainda que já está consolidado nesta Casa, inclusive com reconhecimento da população, que o sistema de relatoria por sorteio dinamizou os trabalhos do Parlamento. Entretanto, observou que, em algumas matérias, o vereador sorteado não tem dado a devida celeridade à tramitação. O vereador Valmir também se posicionou favoravelmente. A vereadora Professora Ana Maria registrou seu voto favorável à matéria, destacando que, após análise do projeto, considerou a propositura adequada. Esclareceu que a defesa do pagamento do mês de dezembro – lembrando sua defesa da causa – não se relaciona com a votação dessa urgência, reafirmando que seu voto a favor se dá pelo mérito do projeto, que, segundo ela, trará benefícios à juventude. O vereador Júnior do Povo registrou que acompanhará o voto do líder da bancada, vereador Professor Nonato. Registrou ainda que o prazo de 15 (quinze) dias estipulado pela urgência



pode ser transformar em 21 (vinte e um), então, “não irá alterar em nada”. O Presidente Deza Soares esclareceu que, se não houver solicitação de urgência, a matéria poderá demorar muito mais que um mês para ser apreciada. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pela maioria, registrado os votos contrários dos vereadores Júnior do Povo e Professor Nonato. Item 9: Moção nº 001/2025, da Mesa Diretora da Câmara, de repúdio à Câmara dos Deputados, Casa Legislativa do Congresso Nacional, em razão da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 03/2021, denominada de PEC das Prerrogativas ou popularmente conhecida como "PEC das Blindagens". Anunciada a matéria, o vereador Professor Deza Soares registrou que, embora a matéria tenha sido encaminhada pela Mesa Diretora, os parlamentares que desejarem podem subscrever a mesma, registrando que esse ato fortaleceria ainda mais o propósito de manifestar indignação à essa decisão. A vereadora Tia Janne afirmou que se trata de um assunto polêmico, destacando que a lei em discussão representa um retrocesso constitucional, ao ampliar o foro privilegiado e aumentar imunidades a determinados políticos. Ressaltou que tais medidas dificultam investigações e que, portanto, a Casa jamais apoiará situações dessa natureza, reforçando a necessidade de respeito aos princípios constitucionais e à população brasileira. Em aparte, o vereador Zé de Zuza registrou ser contrário à lei aprovada pelos deputados federais, enfatizando que, na sua avaliação, tal norma favorece impunidade em casos graves. Reafirmou seu voto contrário a projetos dessa natureza e manifestou apoio à moção apresentada pelo Presidente. O vereador Júnior do Povo felicitou, em nome da vereadora Professora Ana Maria, a Mesa Diretora pela iniciativa. Ressaltou, entretanto, que, em sua opinião, a moção possui efeito simbólico semelhante ao projeto de lei referente ao uso de fogos, com pouca repercussão prática. Destacou que, embora vote favoravelmente, terá que pedir voto para os mesmos deputados que estão querendo ser blindados, tendo votado a favor da PEC. O vereador Professor Deza Soares agradeceu o apoio dos novos parlamentares à aprovação da moção de repúdio, que será enviada à Câmara Federal, demonstrando indignação com a matéria aprovada por alguns deputados. Destacou que o repúdio se dirige apenas aos parlamentares que votaram a favor e que ele não votará em nenhum deles. Ressaltou que essa atitude é irresponsável e desrespeita a lei e a justiça, defendendo que a população também deve repudiar esses parlamentares. afirmou que, se os vereadores da Casa optarem por votar em deputados que votaram a favor dessa PEC, ele não fará parte disso. A vereadora Professora Ana Maria registrou indignação com a matéria aprovada por alguns deputados federais, destacando que quem não deve, não teme. Ressaltou a importância de defender o povo e os direitos da população, reafirmando seu repúdio às atitudes desses parlamentares. Enfatizou estar ao lado do povo brasileiro e do povo de Altaneira. O vereador Professor Deza Soares concluiu afirmando que a resposta certa o povo tem que dar nas urnas. Usou de exemplo a fala do vereador Júnior do Povo, registrando que “criticar sem fazer nada”, não tem sentido. O vereador Júnior do Povo retificou seu voto, afirmando que se absterá da votação, uma vez que terá que pedir voto para um deputado que votou a favor da PEC. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação, tendo sido aprovada pela maioria, registrada a abstenção dos vereadores Júnior do Povo e Professor Nonato. O Presidente Deza esclareceu que não votou porque o presidente só vota em caso de empate e lamentou o posicionamento dos parlamentares que voltaram atrás, mas reiterou respeito ao direito do voto. Item 10: Requerimento nº 096/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações à Secretaria Municipal de Saúde sobre uma servidora lotada na pasta. Após a leitura da matéria, o vereador Júnior do Povo dispensou a palavra, uma vez que a justificativa da solicitação foi lida. Na discussão da matéria, a vereadora Tia Janne registrou que jamais votaria contra uma matéria que busca transparência, mas considerou que a ação do vereador em questão é desnecessária e configura perseguição política. Ressaltou ainda que, quando o referido vereador era secretário, não observava a mesma investigação detalhada e nem essa “politicagem”. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 11: Requerimento nº 097/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo.



solicitando encaminhamento de pedido de informações, à Câmara Municipal de Tarrafas, sobre uma Vereadora do referido local. Após a leitura da matéria, o vereador Júnior do Povo dirigiu-se à Vereadora Tia Janne para questionar qual teria sido a suposta perseguição mencionada por ela durante seu período como secretário. Informou que o requerimento questionado era destinado à Secretária Municipal de Saúde, Ivanna de Alcântara, e não a servidores, tratando-se apenas de um pedido de informação. Finalizou questionando a vereadora citada qual foi a perseguição que ele fez à profissional mencionada na matéria. A vereadora Tia Janne afirmou que suas declarações sempre são coerentes e afirmou saber que quando o vereador Júnior do Povo ocupava a posição de secretário, ele “andou especulando, investigando, com indagações a respeito de funcionários (...) de funcionários que não eram seus amigos, que não eram seus parceiros. Então, aonde eu fui contra, é essa parte”. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo registrou que, durante seu período como secretário, a vereadora Tia Janne estava licenciada do município, e que, portanto, não poderia ter presenciado suposta perseguição a servidores. Questionou a veracidade das acusações de perseguição feitas contra ele, solicitando provas documentais. Registrou ainda que a colega vereadora não soube lhe defender quando ele próprio foi perseguido pela atual gestão, mas, que ela sabe defender “outra vereadora de fora”. Também fez menção a acusação feita pelo vereador Valmir Brasil sobre perseguição política. Nessa linha, o vereador Valmir Brasil afirmou que foi perseguido e que tem “provas em mãos” disso. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Seguidamente, a vereadora secretária Professora Ana Maria realizou a leitura do Item 12: Requerimento nº 098/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a instalação de um cronômetro no Plenário e do Item 13: Requerimento nº 099/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando calçamento no trecho que inicia na Casa de Farinha e termina após a casa do Sr. Antônio de Corminha, na Serra do Valério. Após as leituras, o vereador Professor Nonato solicitou que o cronômetro seja implantado em área visível para que os vereadores acompanhem melhor o tempo de suas inscrições, sugerindo que, se possível, seja exibido também em uma TV. Requereu ainda a instalação de mais uma TV voltada para o Plenário, permitindo que os presentes no auditório acompanhem as votações, como forma de transparência. Sobre o segundo requerimento, lembrou que a solicitação já foi discutida diversas vezes na Casa. Esclareceu que a solicitação trata-se do calçamento da comunidade Serra do Valério, especificamente um trecho de aproximadamente 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) metros que ainda não foi pavimentado, resultado de disputas políticas passadas. Destacou que a obra é necessária para melhorar a qualidade de vida dos moradores, beneficiando residências, a praça e o campo de futebol local. Reiterou que o requerimento busca atender às reais necessidades da comunidade e pediu o apoio dos colegas vereadores, ressaltando que, “agora que está todo mundo junto, dá para acabar essa visão de distanciamento”. Em aparte, o vereador Paulo Robson registrou voto favorável à matéria, destacando que não há especulação sobre interesses pessoais ou partidários, e que eventuais divergências ocorridas em legislaturas anteriores ou em outras câmaras não se aplicam a esta Casa. Ressaltou que a proposta trará melhorias significativas para a comunidade beneficiada, promovendo qualidade de vida para os moradores e frequentadores da área, incluindo práticas esportivas e lazer. Reafirmou que o voto da bancada é favorável e que os recursos envolvidos não representam gasto exorbitante. De volta com a fala, o vereador Professor Nonato registrou que a bancada de maioria do PT, frequentemente chamada de oposição, vota favoravelmente na maioria das matérias solicitadas pela administração pública, priorizando o interesse do povo de Altaneira e evitando “politicagem covarde”. Ressaltou, por fim, que os requerimentos apresentados normalmente refletem necessidades de cidadãos. O vereador Paulo Geanco registrou ter sido cobrado pelo cidadão Antônio de Cosminha a respeito do calçamento do trecho que liga sua residência aos Marcos. Informou que, na gestão passada, também apresentou requerimento sobre o assunto, afirmando acreditar que ex-vereadora Zuleide e o Vereador Professor Deza Soares também, mas que não foram atendidos. Declarou aguardar se o requerimento do Professor Nonato será atendido nesta oportunidade. Não



havendo mais discussão sobre as matérias, as mesmas foram postas em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 22 de setembro de 2025.

Paulo Roberto Brito de Oliveira *(Fracasso)*

Prof. Deza Soares

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]